

Prof. Doutor Luis Filipe Lobo Fernandes, Professor Catedrático da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

Prof. Doutor Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor José Manuel Marques da Silva Pureza, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Para constar se lavrou o presente Edital, que vai ser afixado na Porta Férrea, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público (BEP) e nos sítios da Internet da Universidade de Coimbra e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (Eracarrers), em língua portuguesa e inglesa.

07 de janeiro de 2015. — O Reitor, *Prof. Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva*.

208348617

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 543/2015

Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), homologados pelo Despacho normativo n.º 5-A/2013, publicado no *Diário da República*, suplemento, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril, e do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa, republicado pelo Despacho n.º 13071/2010, de 12 de agosto, deogo na Professora Catedrática Doutora Amarilis Paula Alberti de Varennes e Mendonça, Presidente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, as competências para presidir ao júri de concurso para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de um Professor Auxiliar, na área disciplinar de Recursos Hídricos do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, Edital n.º 1120/2014, DR, 2.ª série, n.º 245, de 19 de dezembro.

5 de janeiro de 2015. — O Reitor, *António Cruz Serra*.

208346502

Despacho n.º 544/2015

Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), homologados pelo Despacho normativo n.º 5-A/2013, publicado no *Diário da República*, suplemento, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril, e do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa, republicado pelo Despacho n.º 13071/2010, de 12 de agosto, deogo na Professora Catedrática Doutora Amarilis Paula Alberti de Varennes e Mendonça, Presidente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, as competências para presidir ao júri de concurso para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de um Professor Auxiliar, na área disciplinar de Ecologia e Ciências do Ambiente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, Edital n.º 1119/2014, DR, 2.ª série, n.º 245, de 19 de dezembro.

5 de janeiro de 2015. — O Reitor, *António Cruz Serra*.

208346454

Faculdade de Farmácia

Despacho (extrato) n.º 545/2015

Por despacho de 4 de setembro de 2014, do Reitor da Universidade de Lisboa:

Celebrado Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, com um período experimental de cinco anos, para ocupar um posto de trabalho do mapa de pessoal da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, na categoria de Professora Auxiliar, em regime de dedicação exclusiva, com a Doutora Quirina Alexandra Pinto dos Santos Costa, com efeitos a partir de 24 de junho de 2014, com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195, da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

07/01/2015. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

208346332

Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 546/2015

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 92.º do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 174, de 10 de setembro, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, e tendo em vista uma gestão mais eficiente das provas académicas e dos processos de equivalência ao grau de doutor:

Delego no Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Motricidade Humana (FMH), Professor Doutor Francisco José Bessone Ferreira Alves, a designação dos júris das provas académicas que me está atribuída nos termos da alínea j) do artigo 25.º dos estatutos da FMH homologados pelo Despacho n.º 2784/2014, de 7 de fevereiro, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro cuja alteração foi homologada pelo Despacho n.º 13542/2014, de 20 de outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 7 de novembro.

5 de janeiro de 2015. — O Presidente da FMH, *Professor Doutor José Manuel Fragoso Alves Diniz*.

208347475

Instituto Superior de Economia e Gestão

Aviso (extrato) n.º 589/2015

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi cessada a relação jurídica de emprego público dos seguintes trabalhadores:

Margarida Maria Simões Chagas Lopes — Professora Auxiliar, em 1/03/2014, por motivo de aposentação.

Augusto Carlos Serra Ventura Mateus — Professor Catedrático Convidado, em 1/03/2014, por motivo de aposentação.

Carlos Eugénio Raposo Gouveia Pinto — Professor Associado, em 1/03/2014, por motivo de aposentação.

Cândida Amélia Sintra Freitas — Técnica Superior, em 1/04/2014, por motivo de aposentação.

Alípio Marques Magalhães Fernandes — Assistente Convidado, em 1/06/2014, por motivo de aposentação.

António Ascensão Costa — Professor Auxiliar Convidado, em 1/06/2014, por motivo de aposentação.

Mário Nunes Gomes Bairrada — Professor Auxiliar, em 1/08/2014, por motivo de aposentação.

Elsa Cleópatra Arcanjo Rosa Brito — Assistente Técnica, em 1/09/2014, por motivo de aposentação.

07 de janeiro de 2015. — O Presidente, *Prof. Doutor Mário Fernando Maciel Caldeira*.

208345903

Despacho (extrato) n.º 547/2015

Por despacho de 30 de dezembro de 2014 do Presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, proferido por delegação:

Bruno Armindo Rodrigues de Sousa Esteves Macedo — Chefe da Divisão de Sistemas da Informação, do Instituto Superior de Economia e Gestão, autorizada a licença sem vencimento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2015.

07 de janeiro de 2015. — O Presidente, *Prof. Doutor Mário Fernando Maciel Caldeira*.

208346073

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 548/2015

Considerando:

A Deliberação n.º 100/2012, de 28 de setembro, da Comissão Pedagógica do Senado Académico da Universidade do Minho, que apreciou favoravelmente a proposta de criação da Licenciatura em Criminologia;

O disposto no Despacho RT/C-159/2012, de 01 de outubro, que procede à criação do curso, acreditado pela Agência de Avaliação e

Acreditação do Ensino Superior (A3ES) em 16 de setembro de 2014, passando a Licenciatura a designar-se Criminologia e Justiça Criminal, à qual corresponde o registo n.º R/A — Cr 146/2013, atribuído pela Direção-Geral do Ensino Superior em 28 de novembro de 2014;

Ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, dos Estatutos da Universidade do Minho, homologados pelo Despacho normativo n.º 61/2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 236, de 5 de dezembro de 2008;

Determino:

A Licenciatura em Criminologia e Justiça Criminal cujo plano de estudos consta do anexo ao presente Despacho, entra em vigor no ano letivo de 2015/2016.

11 de dezembro de 2014. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO

Licenciatura em Criminologia e Justiça Criminal

- 1 — Unidade orgânica: Escola de Direito
- 2 — Ciclo de estudos: Licenciatura em Criminologia e Justiça Criminal
- 3 — Grau: Licenciado
- 4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Direito/Psicologia

5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 180 ECTS

6 — Duração normal do ciclo de estudos: 6 semestres

7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura: Não aplicável

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	ECTS obrigatórios	ECTS optativos
Direito Público	DP	42,5	
Ciências Jurídicas Gerais	CJG	25	
Direito Privado	DPR1	5	
Psicologia	PSI	67,5	
Sociologia	SOC	17,5	
Medicina Legal	ML	5	
Ciências da Comunicação	CC	5	
Matemática	MAT	2,5	
Qualquer Área Científica	QAC	10	
<i>Total</i>		180	

Universidade do Minho

Escola de Direito/Escola de Psicologia

Licenciatura em Criminologia e Justiça Criminal

1.º ano

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área científica	Duração	Horas de trabalho	Horas de contacto	ECTS	Observações
Introdução ao Direito	CJG	1.º S	140	TP 45	5	
Direito Penal I	DP	1.º S	140	TP 45	5	
Sociologia do Crime	SOC	1.º S	140	TP 45	5	
Direito Constitucional	DP	1.º S	140	TP 45	5	
Introdução à Criminologia	PSI	1.º S	140	TP 45	5	
Métodos Quantitativos e Qualitativos	SOC/MAT	1.º S	140	TP 45	5	
Direito Penal II	DP	2.º S	140	TP 45	5	
Filosofia do Direito	CJG	2.º S	140	TP 45	5	
Bases Neuro-psicológicas do Crime	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
Psicologia Criminal e do Ofensor	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
Opção UMinho	QAC	2.º S	140	Variável *	5	Opcional.
Investigação Aplicada em Criminologia	PSI/SOC	2.º S	140	TP 45	5	
<i>Total</i>			1 680	540	60	

* A Opção UMinho será escolhida pelos alunos de entre um conjunto de UC que todos os anos será disponibilizado ao nível da Universidade. Em consequência, o número de horas de contacto é variável.

2.º ano

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares	Área científica	Duração	Horas de trabalho	Horas de contacto	ECTS	Observações
Direito Processual Penal I	DP	1.º S	140	TP 45	5	
Teoria da Prova	CJG	1.º S	140	TP 45	5	
Antropologia Jurídica	CJG/SOC	1.º S	140	TP 45	5	
Delinquência Juvenil	PSI	1.º S	140	TP 45	5	
Direito da Família e Menores	DPR1	1.º S	140	TP 45	5	
Criminologia Ambiental	PSI	1.º S	140	TP 45	5	
Direito Processual Penal II	DP	2.º S	140	TP 45	5	
Direitos Fundamentais	DP	2.º S	140	TP 45	5	
Direito Penal III	DP	2.º S	140	TP 45	5	
Vitimologia	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
Criminologia Crítica	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
Psicologia da Memória e do Testemunho	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
<i>Total</i>			1 680	540	60	

3.º ano

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Área científica	Duração	Horas de trabalho	Horas de contacto	ECTS	Observações
Direito, Crime e Literatura	CJG	1.º S	140	TP 45	5	Opcional.
Direito Penal Económico e Organizado	DP	1.º S	140	TP 45	5	
Crime e Representações Mediáticas	CC	1.º S	140	TP 45	5	
Prevenção do Crime	PSI	1.º S	140	TP 45	5	
Perfis Criminais e Cena do Crime	PSI	1.º S	140	TP 45	5	
Medicina Legal e Ciências Forenses	ML	1.º S	140	TP 45	5	
Psicopatologia, Dependências e Crime	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
Estudos Prisionais e Reinserção Social	SOC	2.º S	140	TP 45	5	
Psicologia Penitenciária	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
Psicologia Policial e das Forças de Segurança	PSI	2.º S	140	TP 45	5	
Opção I	QAC	2.º S	140	TP 60	5	
Justiça Restaurativa	DP/CJG	2.º S	140	TP 45	5	
<i>Total</i>			1 680	555	60	

Nota. — No 2.º semestre, na UC Opção I, os alunos deverão escolher 2 UC de entre a listagem do quadro das opções, de modo a perfazer 5 ECTS.

QUADRO N.º 5

Listam-se, a título exemplificativo, as UC relativas à opção I:

Unidades curriculares	Área científica	Duração	Horas de trabalho	Horas de contacto	ECTS
Direito Penal Internacional e Humanitário	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Criminalidade sexual	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Política Criminal	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Cibercriminalidade	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Técnicas de Investigação Criminal	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Terrorismo	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Criminalidade Organizada	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Direito Penitenciário	DP	2.º S	70	TP 30	2,5
Metodologias Participativas e de Intervenção	SOC	2.º S	70	TP 30	2,5
Desigualdades Sociais e Políticas Públicas	SOC	2.º S	70	TP 30	2,5
Seminários Livres	QAC	2.º S	70	TP 30	2,5

208345011

Despacho n.º 549/2015

Nos termos do Decreto-Lei n.º 40/2007, de 20 de fevereiro, e em cumprimento do disposto no Regulamento do Concurso Especial para Acesso, por titulares do grau de licenciado, ao Curso de Medicina com Mestrado Integrado ministrado na Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, aprovado pelo Despacho RT-02/2015, de

06 de janeiro, sob proposta da Escola de Ciências da Saúde, é fixado em 18 (dezoito) o número de vagas para o referido concurso, para o ano letivo de 2015/16.

São, ainda, aprovados o Calendário e o Júri constantes dos anexos ao presente despacho.

6 de janeiro 2015. — O Reitor, *António M. Cunha*.

Concurso Especial para Acesso ao Curso de Medicina com Mestrado Integrado Ministrado na Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho por Titulares do Grau de Licenciado

Despacho RT-3/2015 — Anexo I

Ano Letivo 2015/16

Calendário

N.º	Fase	Prazo	
	Designação	Início	Fim
1	Afixação e divulgação da matriz da prova de conhecimentos prevista no artigo 8.º	02 fev. (2.ª fª)	—
2	Apresentação das candidaturas	02 fev. (2.ª fª)	16 fev. (2.ª fª)
3	Afixação da lista dos candidatos admitidos à prova e daqueles cujas candidaturas foram indeferidas liminarmente	27 fev. (6.ª fª)	—
4	Audiência dos interessados cujas candidaturas foram liminarmente indeferidas	02 mar. (2.ª fª)	13 mar. (6.ª fª)